INSTITUTO DE BACHARELADO INTERDICIPLINARES EM HUMANIDADES

GERSON ALBERTO NAHABA

COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUL-SUL OU IMPERIALISMO SOFT? O CASO DA COOPERAÇÃO CHINESA COM A GUINÉ-BISSAU (2002-2017)

ACARAPE, 2020

INSTITUTO DE HUMANIDADES

GERSON ALBERTO NAHABA

COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUL-SUL OU IMPERIALISMO SOFT? O CASO DA COOPERAÇÃO CHINESA COM A GUINÉ-BISSAU (2002-2017)

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

ACARAPE 2020
GERSON ALBERTO NAHABA

COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUL-SUL OU IMPERIALISMO SOFT? O CASO DA COOPERAÇÃO CHINESA COM A GUINÉ-BISSAU (2002-2017)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em _____de janeiro de 2020

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

_____

Examinador Interno: Prof. Dr. Vico Dênis Souza de Melo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

_____

Examinador Interno: Prof. Msc. Farã Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....5

2 JUSTIFICATIVA.....7

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA.....9

4 OBJETIVOS.....10

4.1 OBJETIVO GERAL.....10

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....10

5 HIPÓTESES.....10

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....12

6.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORICA DE EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DEFINICOES.....12

6.1.1 Alguns apontamentos de escolas e correntes ideologicas.....14

6.2 COOPERACAO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....16

6.2.1. Coperação Sul-Sul: alguns apontamentos.....17

6.2.2 China-Africa.....19

6.3.2.1 Criticas do ocidente a cooperaçao China África.....22

6.4 COOPERAÇÃO CHINA- GUINÉ-BISSAU.....23

7 METODOLOLOGIA.....27

REFERÊNCIAS.....29

1. APRESENTAÇÃO

De acordo com Augel (2007), a Guiné Bissau é um país situado no continente africano, concretamente na costa ocidental da África, sendo banhada pelo Oceano Atlântico e possui um território de 36.125 km^2, com uma população de 1.548.159 habitantes. Faz fronteira ao sul com a república de Guiné Conacri e ao Norte com a república do Senegal.

Ainda ressalta que a Guiné-Bissau possui uma rica diversidade étnica e cultural, com mais de 80 ilhas incluindo o arquipélago dos Bijagós, com um clima quente e húmido, sendo assim, favorável para a pesca e práticas agrícolas, que são as principais formas de subsistência da população.

Segundo Sant'anna (2008), este país enfrenta grandes desafios de reconstrução e recuperação por conta dos danos causados pela guerra civil de 1998, dado que a maior parte das infraestruturas foi afetada durante a guerra. Ela vai adiante apontando que a guerra civil que o país enfrentou nesse ano teve consequências negativas para o país, dentre as quais se identificam: a queda de PIB em 28% da qual o país teve a recuperação parcial em 1999, teve uma queda de aproximadamente 17% na produção agrícola que é uma das formas de subsistência da população, também se soma a lista a queda na produção de castanhas de caju em 30% e o seu preço que caiu significativamente no ano de 2000 em 50%. Sendo que a castanha de caju e algodão até o momento são uns dos principais produtos de exportação do país e a agricultura sustenta a maior parte da população, uma vez que o país não dispõe de atividades industriais.

Pode se notar que as atividades de pesca são abundantes e dão um grande rendimento à economia do país. A respeito disso Sant'anna (2008), ressalta que as atividades de pesca na Guine Bissau podem atingir 250 a 350 mil toneladas anualmente, e essas a atribuição de licenças de pesca a estrangeiros e a exportação de produtos de mar dão um bom rendimento à economia do país.

Além dos recursos acima referidos, a Guiné-Bissau ainda possui uma variedade de recursos naturais onde podemos destacar milhões de toneladas de fosfato, milhões de amianto, sem contar com as matérias primas para o cimento e o aumento da produção petrolífera. SANT'ANNA (2008)

Conforme Belluci (2004) um dos principais parceiros econômicos da Guiné-Bissau é a República Popular da China que é um país com uma população de aproximadamente 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, e possui uma superfície de mais de 9 milhões e 500 mil quilômetros quadrados com culturas diversas.

Fazendo referência à história da cooperação chinesa, Belluci (2004), salienta que desde a sua fundação a estratégia diplomática chinesa passou por cinco fases, antes da sua relação com a África, a saber: a fase do alinhamento com a União Soviética durante os anos 50; a fase da luta contra a dupla hegemonia durante a década de 60; a fase da reaproximação com o Ocidente durante a década de 70; a fase do jogo triangular entre os dois campos durante os anos 80 e por último, a fase do não-alinhamento na década de 90. Só depois de ter reformulado as suas estratégias diplomáticas é que China estabeleceu relações com a África.

Tendo em conta que o continente africano se encontra em condições favoráveis no que diz respeito ao fornecimento dos recursos naturais, petróleo e matérias primas e não só, mas também oferece novos mercados e oportunidades comerciais para os empresários chineses na exportação dos seus produtos. Em troca, o país asiático faz financiamentos para esses países realizarem obras de infraestruturas e desenvolvimento afim de atingiram as metas do mundo globalizado do qual atualmente se fala muito.

No ano de 2000, entre 10 e 12 de outubro foi realizado pela primeira vez o Fórum de Cooperação Sino-africano, onde 80 ministros de negócios estrangeiros e quatro chefes de estado de 44 países africanos em Pequim, capital da China, para falarem de temas relacionados à globalização e dívidas internacionais, embora esses não serem os únicos assuntos tratados.

Na perspectiva de Sant'anna (2008) a relação entre a China e a Guiné-Bissau tiveram início desde a época da luta pela libertação e essa relação tem-se fortalecido cada vez mais, contando que recentemente a China tem apoiado a Guiné-Bissau na sua luta ao desenvolvimento e não só. Tem se verificado nos últimos anos ações como doações de recursos materiais e financeiros em específico, produtos de primeira necessidade em Guiné-Bissau como o arroz e equipamentos de produção agrícola.

2. JUSTIFICATIVA

O meu interesse por essa temática surge da necessidade de compreender a relação entre os dois países, no que diz respeito à exploração e exportação de recursos naturais e as infraestruturas. Buscando entender o papel, ou seja, o aproveitamento de ambos os países envolvidos nessa cooperação, com ênfase no caso da Guiné-Bissau em busca da compreensão das vantagens e possíveis desvantagens que o país tem com essa relação, visto que a cooperação é algo que exige a colaboração e a contribuição de ambas as partes.

A Guiné-Bissau tem como um dos principais parceiros nas relações de cooperação a República Popular da China que é um país com a qual as relações remontam ao período da luta de libertação. Essa relação tem estado a se fortalecer com o decorrer dos anos, onde é possível notar que recentemente a relação entre a Guiné-Bissau e a China tem se intensificado e expandido em várias áreas consideradas cruciais para o desenvolvimento socioeconômico do país, entre elas a de comércio, exploração de recursos naturais, infraestrutura, produção agrícola, pesca e educação. Contudo, tem se verificado algumas vozes que colocam em xeque a atuação chinesa na Guiné-Bissau, salientando que este país está se perdendo com a lógica de cooperação chinesa, essas vozes consideram inviável e pouco sustentável a atuação da China na Guiné-Bissau e criticam as construções chinesas e o modelo de pesca nas águas profundas. Além disso, outro questionamento está relacionado à exponencial corte de madeiras realizadas por cidadãos chineses na Guiné-Bissau.

Esse trabalho se justifica por várias razões entre elas, acadêmicas, políticas e sociais. Contando que os assuntos aqui abordados fornecerão aos leitores uma ferramenta que lhes possibilitará uma melhor compreensão no que diz respeito a essa temática. Por outro lado, os assuntos aqui discutidos darão aos leitores informações empíricas e análises que lhes permitirão ter uma visão mais aprofundada a respeito dessa temática. Levando em conta que a cooperação é algo conhecido por quase todos, mas poucos têm uma real noção de como é que se dão esses processos.

No campo acadêmico, este trabalho poderá servir de material bibliográfico para as futuras pesquisas a respeito dessa temática. Do mesmo modo poderão ser usadas como ferramenta para discussões nas salas de aula, debates, seminários e na produção de textos acadêmicos, oferecendo assim, informações pertinentes que servirão de reflexão a estudantes, pesquisadores e acadêmicos em geral.

No contexto social esse trabalho se justifica por oferecer informações pertinentes que servirão de apoio para as dicções, reflexões e posicionamento nos debates, conferências e outros tipos de eventos que exijam um posicionamento do indivíduo. Visto que é um tema pouco discutido no país.

No âmbito político justifica-se por fornecer elementos de caráter analítico, crítico e reflexivo que de algum modo, poderão ser usadas por políticos de modo a terem melhor posicionamento e senso crítico no que diz respeito a assuntos e acordos que dessa comparação virão. Os elementos que sairão deste projeto, resultará no melhor aproveitamento ou apropriação dos benefícios que essa cooperação tem a contribuir no desenvolvimento socioeconómico do país e no bem-estar da sociedade guineense. De mesmo modo, ajudar a avaliar as possíveis perdas ou consequências que posteriormente poderão vir da mesma.

Espera-se que o trabalho traga os elementos essenciais da cooperação entre a Guiné-Bissau e a China. E o nosso desejo é que esse trabalho possa ser usado como referência em várias áreas de produção de conhecimento de apoio aos políticos guineenses num bom senso crítico e avaliativo nas tomadas de decisões relacionadas a essa questão, visto que tem poucos trabalhos que discutam os assuntos nesse trabalho discutidos.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

As relações de cooperação entre a China e a África, em específico com a Guiné-Bissau se intensificaram nos anos de 2000 após a realização do primeiro Fórum das Relações Sino-África. Diante disso, o presente projeto de pesquisa delimita-se em analisar as relações de cooperação entre a China e a Guiné-Bissau no que diz respeito às áreas de agricultura e exploração dos recursos naturais no período de 2002 a 2017.

O nosso estudo visa analisar a atuação da china no contexto Sul-Sul, com foco na sua cooperação com a Guiné-Bissau, afim de entender quais seriam as contribuições que essa parceria traria para o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau. A Guiné Bissau desde a sua independência até os dias de hoje tem passado por vários problemas e crises devido à fragilidade no sistema político do país, motivo pela qual a área de investimentos é uma área que deixa muito a desejar posto que muitas empresas e empresários tanto nacionais como internacionais têm um certo medo em investir em um país instável políticamente.

E com tudo isso a China é um dos poucos países que apoiam e têm cooperação com a Guiné-Bissau além de toda a instabilidade e problemas que o país tem enfrentado. Nesse caso a questão a se refletir é a seguinte: porque será que a China, independentemente de tudo que a Guiné-Bissau passou e tem passado, investiu e continua a apoiar a Guiné-Bissau e a lutar para o fortalecimento de sua relação de cooperação? A China seria o parceiro que a Guiné-Bissau precisa para atingir o desenvolvimento? Qual seria o papel da China no desenvolvimento da Guiné Bissau? Além disso podemos ainda questionar, o que a China teria a ganhar com tudo isso? Essa parceria entre os dois países é realmente uma cooperação para o desenvolvimento ou imperialismo suave?

Na perspectiva de Bosco Monte (2010, p.12), "a China utiliza as crises para crescer economicamente e que a mesma tem se esforçado significativamente para o fortalecimento de suas bases com o continente africano com o propósito de aumentar a sua produção de petróleo e outros recursos naturais a nível mundial".

Ele ainda salienta que,

> a crise econômica mundial dos dois últimos anos acelerou a conquista chinesa na África subsaariana. Aproveitando a falta de visão e iniciativa ocidental, onde as empresas se colocam na defensiva e tratam de conter o gasto, Pequim disponibilizou mais de 60 bilhões de dólares em apenas seis meses para controlar o acesso a matérias primas e competir diretamente com grandes multinacionais como Exxon Mobil e Shell (MONTE, 2010, p.12).

Segundo Cuco e Marques (2014), a China busca através da África a oportunidade de ter um papel ativo no sistema internacional, e o apoio dos mesmos para se defender das críticas do ocidente em relação a sua posição na política mundial. Mas a China não é só a China que ganha, nesse caso, será que com essa cooperação os países africanos também beneficiam dessa cooperação? pois a China é solidaria nos aspectos que envolvem o poder ocidental sobre a África, apoia na construção de infraestruturas, vendem produtos de bem popular por preços baratos entre outras ações,

Com tudo isso seria interessante saber o papel do estado da Guiné-Bissau frente a sua parceria com o estado da China? No entanto, a questão que se põe é a seguinte: será que o estado da Guiné-Bissau aproveita de melhor forma a sua cooperação com a China?

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar o processo de cooperação para desenvolvimento sul-sul do imperialismo soft no caso da cooperação chinesa com a Guiné-Bissau (2002-2017)

4.2 Objetivos específicos

- Analisar a evolução de paradigma da cooperação internacional e os fatores que contribuíram para o fortalecimento ou intensificação da mesma.

- Compreender os impactos dessa cooperação no desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau.

- Entender se essa forma de cooperação traga ou não algumas vantagens e possíveis desvantagens para Guiné-Bissau.

5 HIPÓTESES

H¹- A Republica Popular da China é um parceiro estratégico no processo de desenvolvimento do estado da Guiné-Bissau.

H² - Na relação entre os dois países reina algum tipo de imperialismo suave, embora os dois países se beneficiam dessa cooperação.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na intenção de dar mais confiabilidade ao trabalho que pretendemos desenvolver, no que diz respeito à cooperação entre a China e a Guiné-Bissau no contexto da cooperação Sul-Sul, procuramos fazer um levantamento bibliográfico dos autores que desenvolveram trabalhos sobre o tema e fazer uma conciliação de suas ideias de modo a permitir uma melhor compreensão sobre a temática a ser tratada.

Começaremos fazendo uma abordagem histórica das relações internacionais e da cooperação internacional para o desenvolvimento assim como os seus conceitos. De seguida vamos falar da cooperação sul-sul, começando pelo seu surgimento, sua evolução, as ideologias pregadas e também os tipos de cooperação feitas nesse espaço. Nessa mesma linha de raciocínio, faremos uma abordagem histórica da cooperação China-Africa e posteriormente da criação de forum China-África que é a institucionalização das relações de cooperação entre China e Àfrica, sem deixar de fora as críticas feitas pelo ocidente a essas relações.

A partir desses pontos, traremos o caso específico da cooperação entre a China e a Guiné-Bissau, falaremos das políticas externas desses países e apontaremos alguns benefícios que essa cooperação tem a oferecer para ambos os países, do mesmo modo as desvantagens.

6. 1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORICA DE EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DEFINICOES

Segundo Conde (2009), a teoria das relaçoes internacionais possui uma estrutura conceitual complexa atraves da qual se pode analisar e perspetivar os acontecimentos da política internacional com vista a sugerir alternativas aos decisores politicos.

Através dessa complexidade das Relações Internacionais, surgem diferentes definições para este campo de conhecimento na qual alguns teoricos trazem suas definições. Destas definições Gonçalves (2002, p. 5) destaca que,

> "Phillipe Braillard e Mohamma-Reza Djalili, afirmam que "as relações internacionais podem ser definidas como o conjunto de relações e comunicações que os grupos sociais estabelecem através das fronteiras. Daniel Colard, por sua vez, afirma que "o estudo das relações internacionais engloba as relações pacíficas ou belicosas entre Estados, o papel das organizações internacionais, a influência das forças transnacionais e o conjunto das trocas ou das atividades que cruzam as fronteiras dos Estados. Joshua Goldstein, por fim, diz que, estritamente definido, o campo das relações internacionais concerne aos relacionamentos entre aqueles governos do mundo, que são Estados membro da ONU. Mas esses relacionamentos não

> podem ser entendidos isoladamente, vistas dessa forma, as Relações Internacionais supõe o estudo do conjunto de interações.”

Deste modo, pode se dizer que as relações internacionais supoem um conjunto de interações. Esse autor ressalta que pelo fato das definicões das relações internacionais como objeto de conhecimentos serem arbitrarias nao quer dizer que sejam aleatorias, no entanto convém ter cautela.

Entrando, para a história das relações internacionais, Silva (2016) mostra que os povos antigos ja tinham relações exteriores nas quais ja trocavam embaixadores e comerciavam. E que na idade média essas relaçoes se faziam por meio de laços de sangue e principios religiosos nao levando em conta os fatores territoriais.

Segundo Gonçalves (2002), até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o estudo das relações internacionais era feito exclusivamente por diplomatas, historiadores e juristas. A partir do seculo XX que foi a data em que as relações internacionais passou a ter a sua importância reconhecida, as coisas mudaram e este passou a ser um campo de estudo específico e autônomo.

Silva (2016), argumenta que o estudo sistematico das relações internacionais foi desenvolvida na Europa por iniciativa Britânica nas décadas de 1920/30 e que os Estados Unidos só despertou interesse por esse campo de estudo com o colapso da Liga das Naçoes e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

A respeito disso, Gonçalves (2002) ressalta que no inicio as instituiçoes da Inglaterra e dos Estados Unidos investiram fortemente na pesquisa e no ensino das relações internacionais. No entanto, a primeira catedra universitaria (Woodrow Wilson) dedicada a esse campo de estudo, criada em 1919 na Universidade de Gales foi financiada pelo ingles David Davies.

Mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, o estado norte-americano destinou grandes quantias a pesquisas relacionados à relações internacionais, o que motivou muitos acadêmicos talentosos a seguirem esse campo de estudo.

As razões determinantes dessa primazia anglo-saxônica no domínio dos estudos de relações internacionais são largamente conhecidas e podem ser decompostas, para fins analíticos, em três ordens, a saber: econômicas, acadêmicas e de poder.

Gonçalves (2002), enfatiza que, na Inglaterra as relaçoes internacionais nasceram da cooperação entre diferentes segmentos universitários e a deplomacia, no entento, antes de se resumir a defesa dos interesses nacionais Britanicos, já teve uma importância significativa no que diz respeito a fatores culturais. Enquanto que nos Estados Unidos, nasceram dos estudos

da Ciência Política, desse modo, é o mesmo que dizer que desde sempre teve um caracter pratico.

6.1.1 Alguns apontamentos de escolas e correntes ideologicas

Com o intuito de melhor percepção das relaçoes internacionais, os pesquisadores procuraram fazer reflexões mais profundas com vista a obter formulações teoricas mais ricas que abram o caminho para o conhecimento mais aprofundado da complexa realidade das relações internacionais.

O resultado disso é o surgimento das correntes ideológicas **idealista** que é a corrente dominate e realista, nesse caso a emergente, que segundo Brito Conde (2009) interpretam os fenomenos da política internacional de forma divergente e por vezes em conflitos abertos. Onde a escola idealista ve o nascimento da ordem juridica internacional, enquanto a escola **realista** ve a origem do sistema de equilibrio europeu.

O primeiro dos grandes debates entre as duas correntes aconteceu na decada de 1930, onde a corrente idealista se opõe da realista. A respeito disso Gonçalves (2002) mostra que,

> a primeira corrente acredita na perfectibilidade humana, no Direito Internacional e nas possibilidades de haver paz entre os Estados. Para os Idealistas, a realização desses ideais depende do aperfeiçoamento das instituições internacionais, o qual, por sua vez, deve resultar da cooperação entre os estadistas. Para a corrente Realista, por outro lado, as relações internacionais são determinadas pelas relações de poder. Os Realistas desdenham do Direito Internacional, por considerarem que o direito prevalece somente enquanto não colidir com os interesses daqueles Estados que dispõem de recursos para impor seus interesses aos demais. Na realidade, acreditam que o direito e a ordem internacional decorrem diretamente, da correlação de forças entre aqueles que detêm maior poder (GONÇALVES, 2002, p.17-18).

Conde (2009) então enfatiza que o debate teorico entre as duas correntes se acentuou com a inevitabilidade de um segundo conflito mundial. Nesse confronto, os intelectuais realistas pautaram pela postura utópica do idealismo e começaram a criaçao de um campo de estudo autônomo das relações internacionais. Enquanto que para os idealistas importava o conflito e a cooperação e estes adaptaram o sistema internacional as exigencias do direito a justiça após a Primeira Guerra Mundial.

Na perspetiva de Gonçalves (2002), com as mudanças constatadas na estrutura do sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial onde se formaram os dois blocos antagônicos e a rivalidade entre as duas potencias homogenicas, no caso, a norte- americana e

a sovietica que ameaçavam a qualquer momento começar uma guerra atómica, confirmaram assim a validade das teses realistas, mostrando que as possibilidades de se alcançar a paz mundial tal como pensavam os idealistas era uma mera ilusão.

Consequentemente, teoria realista foi considerada pela maioria dos analistas como a unica capaz de mostrar com fidelidade os aspectos fundamentais que davam sentido a todas as dimensões das relações internacionais, ao longo da Guerra Fria.

O segundo grande debate entre essas duas correntes, segundo Gonçalves (2002), aconteceu no final dos anos 1950, , numa polêmica onde houve maior participação de academicos norte-americanos na discussaão teórica das relações internacionais. Dessa vez o debate foi metodológico, onde houve oposição entre os teóricos **Behavoristas** e **Tradicionalista**s. Onde o interesse dos críticos behavoristas era de elevar sua credibilidade por meio da introdução de metodologias científicas e não de demonstrar a ineficácia da teoria realista.

O terceiro grande debate aconteceu nos anos de 1970. Neste debate os principais protagonistas foram os norte-americanos **Robert Keohane** e **Joseph Nye**. As reflexões desses autores se basearam em,

> "algumas significativas mudanças, que ocorriam no sistema internacional, dentre as quais, destacavam-se o abandono do padrão-ouro de Bretton Woods; o primeiro choque do petróleo; o fim da Guerra do Vietnã; e o início das tensões comerciais entre os Estados Unidos e o Japão. Devido ao impacto produzido por esses acontecimentos, denotadores da perda relativa do poder dos Estados Unidos e, simultaneamente, da importância crescente dos fatores econômicos nas relações internacionais, ambos argumentavam que já não era mais possível pensar o sistema internacional exclusivamente do ângulo da segurança, como o faziam os Realistas.
> Assim, em oposição ao Realismo, os Pluralistas afirmavam que o Estado não podia mais ser considerado como o único ator válido das relações internacionais...A ação crítica dos pós-modernistas trabalha com vistas a promover a "desconstrução" da narrativa Realista. Seu alvo central é o conceito de Estado como ator fundamental das relações internacionais, que age de modo racional para realizar seus interesses e maximizar seu poder" (GONÇALVES, 2002, p 19-20).

Lenine teorizou as relações internacionais adaptando aos Estados as noções de exploração e dominação presentes no sistema de classes.

"Cada Estado busca maximizar o poder de intimidar os mais fracos e, simultaneamente, não ser intimidado pelos mais fortes. Conforme Hobbes, essa é uma situação da qual os Estados não podem escapar, sendo definida, pelos estudiosos, como o dilema da segurança" (HOBBES *apud* GONÇALVES, 2002, p.30).

6.2 COOPERACAO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Entrando no contexto de cooperaçao internacional para o desenvolvimento que é aquele que envolve dois ou mais países na qual envolve um esforço mútuo a fim de reforçar as capacidades as capacidades operacionais destes paises em diferentes areas.

Segundo Souza Paula e Gama Alves (2001*apud* Silva 2016 p.16), as formas mais comuns de cooperação são:

- Cooperação bilatel, que é o tipo de cooperaçao feita entre apenas dois estados;
- Cooperação multilateral, que é o tipo de copeeraçao na qual participam tres ou mais estados, executadas por meio de organizações internacionais, como a ONU;
- E a cooperação não-governamental, que é aquela praticada entre entidades não estatais e abrange um universo muito grande de agentes.

Conde (2009) deu a perceber que a história da cooperação internacional teve seu inicio após a Segunda Guerra Mundial e desde então sua evolução se sujeita a quatro fatores, que seriam,

1- Descurso teórico das Relações Internacionais;
2- Circunstancias da geopolítica;
3- Crescente influencia da potencia norte-americana;e
4- Descolonização e emergencia de novos países no seio da comunidade internacional.

Ele tambem ressaltou as quatro principais teorias do pensamento sobre o desenvolvimento que são: modernização; dependencia; sistema-mundo; e globalização.

Milani e Carvalho (2012), mostra que a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) passou a exercer o seu papel como política externa dos paises desenvolvidos após a segunda Guerra Mundial.

Conde (2009) defende que a cooperação internacional poderá estar presente só quando todos os estados participantes do mesmo contribuem em pé de igualdade, onde cada um vai atuar de acordo com suas especifidades (STATTER, 2007 *apud* CONDE, 2009)

Morgenthau (*apud* Silva 2016), defendem que os quase todos os projetos de ajuda internacional são realizados de acordo com interesse dos países chamados doadores. Segundo esse mesmo autor, existem outros autores que defendem que essas ajudas são respostas a desigualdades entre nações baseados nos princípios éticos. E tem outros que concordam com ambas as teorias.

Pautasso (2013), mostra que nos âmbitos econômicos, demográficos e diplomáticos, a África é uma das ultimas fronteiras do sistema internacional.

Ainda ressalta que,

> "o crescimento econômico do continente africano tem sido acima da média mundial, com destaques como Angola e Mauritânia que tiveram crescimento de dois dígitos nos últimos anos; a evolução de 200% no recebimento de IED entre 2000 e 2005 (de U$ 7 para U$ 23 bilhões de dólares); a capitalização da Bolsa de Johanesburgo foi superior à da Bovespa e à de Shangai; o crescimento mais rápido de telefonia celular entre os continentes, etc. No âmbito diplomático, depois da marginalização africana nos anos 1990, voltou a ter iniciativas próprias e ser disputado por novos atores, especialmente os emergentes (China, Brasil e Índia)" (PAUTASSO, 2013, p. 68).

Não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que os investimentos do Ocidente e até dos países emergentes como China, Brasil, Índia e outros são unicamente generosos, pois em qualquer que seja cooperação há ganhos de ambas as partes, e sem contar que a África dispõe de recursos naturais que esses "países doadores" precisam para suprir suas necessidades.

6.2.1. Coperação Sul-Sul: alguns apontamentos

Segundo Ayllón (2014) a Cooperação Sul-Sul (CSS) teve sua origem em meados dos anos 1950, quando alguns países do Sudeste Asiático, entre eles a Tailândia, efetuaram ações pontuais de cooperação técnica que foram depois reproduzidas por Correia de Sul, Índia e Singapura todos eles na altura, receptores da ODA (Assistência Oficial ao Desenvolvimento).

Ele enfatiza que é importante contextualizar políticamente o surgimento da CSS alguns anos antes, no período da aceleração de processos de descolonização afro-asiático e de renovação da consciência latino-americana.

Anos depois, nomeadamente em 1955, foi realizada a Primeira Conferencia de países da Ásia e África em Bandung (Indonésia) que foi considerado, segundo Milani e Carvalho (2012), como marco histórico nas agendas da CSS. Essa conferencia foi um dos primeiros passos da cooperação política entre países em desenvolvimento, visando combater o colonialismo e a dominação ocidental.

Os autores enfatizam que, "A CSS pode ser uma das ferramentas de construção de uma solidariedade de oposição, de resistência e de bloqueio; ela pode ser instrumento para a retomada de uma tradição não ocidental de solidariedade no plano das relações internacionais" (MILANI e CARVALHO, 2012, p.22).

Na visão de Pautasso (2013) essa CSS é uma alternativa dos países periféricos resistirem aos constrangimentos das quais são submetidos ao adotarem projetos de desenvolvimentos

nacionais que não coadunam com os interesses ocidentais. Por outras palavras, para melhorar a posição dos países do sul global no cenário internacional.

De acordo com Ayllón (2014) o "sul global" também pode ser interpretado como um espaço de resistência hibrido menos dependente do "Norte global". Espaço esse que inclui agentes públicos e privados que ocupam uma posição de "periferia ou semiperiferia" no sistema mundo moderno e tem como denominador comum a vontade de construir uma "globalização contra hegemônica".

A atuação dos países emergentes como a China, Brasil e Índia no continente africano não só revela a sua ascensão e nem se restringe apenas a nova realidade africana. "Mas também mostra que a presença do ocidente na África tem enfraquecido, do mesmo modo que os EUA têm priorizado o Oriente Médio deixando assim vácuo na África para os países emergentes" (PAUTASSO, 2013, p. 70).

A CSS sofreu entre os anos de 1980 e 1990 revezes políticos e perdeu a relevância na conjuntura internacional, dado que,

> a maioria dos países em desenvolvimento se defrontava com a crise do endividamento externo e estava sujeita a programas de ajuste estrutural. A CNS, com o final da Guerra Fria e a derrocada da União Soviética, perdeu um de seus fatores-chave em termos de legitimação social: a necessidade de combater a ameaça comunista e a expansão socialista nos países africanos, asiáticos e latino americanos. No entanto, os grandes países doadores encontravam-se praticamente sozinhos no "tabuleiro da ajuda internacional", em um momento histórico de enfraquecimento do ideal de solidariedade Sul-Sul" (MILANI e CARVALHO, 2012, p.14).

Até meados dos anos 1990 a CSS, segundo Ayllón (2014), começara a renovação da sua agenda política, embora as possibilidades dessa renovação fossem limitadas. Nesse caso o desenvolvimento dos países do Sul global se encontrava ligado à estratégias econômicas definidos pela ética do mercado e pelos padrões neoliberais.

No entanto, nos anos 2000, a CSS renovou suas promessas baseando numa visão do desenvolvimento a partir da realidade de países como África do Sul, Brasil, China, Índia e Turquia. O papel do Estado e as coalizões entre países do Sul passaram a reforçar a horizontalidade no desenvolvimento de programas de cooperação.

Bandung pode ser considerada o guia que ainda orienta a CSS quanto a seus princípios ideais. Eis os dez princípios de Bandung (1955),

> 1)Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das NaçõesUnidas.
> 2)Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
> 3) Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.

> 4) Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países.
> 5) Respeito aos direitos de cada nação à sua própria defesa, seja individual ou coletiva, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
> 6) Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer grandes potências e abstenção do exercício de pressões sobre os demais países.
> 7) Rechaço a ameaças e agressões, ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
> 8) Emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
> 9) Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
> 10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais (AYLLÓN, 2014, p. 61).

Mas o discurso e o pensamento das relações Sul-Sul não permaneceram na retórica. Passaram à prática, com expressões políticas e traduções a novas propostas de cooperação econômica e técnica. Tudo isso baseando na horizontalidade entre esses países.

6.2.2 China-Africa

As relaçoes entre a China e a África não são recentes. E nessas relaçoes pode-se identificar, segundo Conde (2009), dois ciclos onde cada um desses ciclos tem a sua particularidade. O primeiro ciclo seria entre 1949 e o fim da Revolução Cultural na qual o cárater era simplesmente ideológico. O segundo ciclo que é de carater econômico, começou quando a Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), através da resolução 2758 proclamou a Republica Popular da China como único e legal representante da China em Outubto de 1971.

Alden (2008 *apud* SILVA, 2016), firma que a China inicialmente buscou o apoio dos paises africanos por conta das criticas feitas pelo ocidente perante o massacre na Praça da Paz Celestial, acontecimento este que não foi visto de forma negativa por alguns lideres africanos que inclusive apoiaram a China na decisão de encerrar a ocupação da praça através de intervenção militar.

Para Milani e Carvalho (2012), a crise de Tiananmen é um outro ponto que levou a aproximaçao da China com a África é o fracasso das relaçoes chinesas com o ocidente que aumentou criticas em relação a violação dos direitos humanos. Situacão onde muitos dirigentes africanos manifestaram seus apoios a China.

Com a divisão do mundo entre EUA e URSS na decada de 1950, “a preocupação da China era conquistar o seu reconhecimento internacional e a segurança, tanto que apoiou nas

independências africanas e realizou a conferencia de de Bandung onde se aproximou de alguns estados africanos" (CONDE 2009, p. 20).

Esse mesmo autor mostra que,

> neste período a política chinesa em África era eminentemente ideológica, porque: (1) favorável ao processo de descolonização, fornecia ajuda financeira, material e armamento aos países africanos *progressistas* seus aliados, excluindo os *alinhados* com a URSS; (2) promovia relações políticas com os países subdesenvolvidos, visando ampliar a sua influência política; (3) apelava ao sentimento internacionalista, colocando em igualdade as aspirações dos países africanos e os seus interesses (CONDE, 2009, p.20).

A China faz suas relações baseando-se na doutrina dos Cinco Princípios da Coexistencia Pacífica: respeito pela soberania; não agressão; não ingerância; igualdade e benefícios mútuos.

Nessa mesma linha, mas mais no contexto da CSS, segundo Milani e Carvalho (2012), o governo da China anunciou os oito princípios para a cooperação técnica e economica nas quais se destacam: igualdade e benefícios mútuos; respeito à soberania dos Estados; cooperação via empréstimos sem juros ou com juros subsidiados; apoio à sustentabilidade nacional eficiência econômica e produtiva; uso de equipamentos e insumos chineses; capacitação técnica; igualdade de tratamentos dos técnicos chineses na comparação com os técnicos de mesmo nível no plano nacional.

Na perspetiva de Teles e Souza (2015), as relaçoes entre a China e a África não são recentes, mas é a partir da conferencia de Bandung feita em 1955 que essas relações se intensificaram, conferência essa que reuniu 29 países onde 23 eram asiáticos e 6 africanos.

Essa conferência foi benéfica à China no que diz respeito a relaçao com os países africanos onde o Egito foi o primeiro a estabelecer relações com a China. O numero de países africanos com os quais a China estabeleceu relações desde então cresceu significativamente, tanto que em até 1969 ja estabelecia relações com dezoito países. (LOPES; CARDOSO; VADELL, 2013 *apud* TELES e SOUZA, 2015).

Para Montenegro e Silva Alves (2016), a China se aproximou da África baseando no principio de solidariedade anticolonialista e anti-imperialista onde passou a apoiar países africanos nas suas lutas pela independência.

Por outro lado, Cuco e Marques (2014), afirmam que a China se aproximou da África com o intuito de buscar um papel ativo no sistema internacional, tanto que busca o apoio dos mesmos para se defender das criticas feitas pelo Ocidente em relação à sua política global.

> "Esta parceria com os países africanos, além de representar para a China uma parceria comercial, também representou uma parceria política no âmbito das Nações Unidas, devido aos esforços do país em negar a independência de Taiwan. A aliança da China com os países africanos significava, também, o

> não reconhecimento da independência de Taiwan" (OLIVEIRA, 2009 *apud* TELES E SOUZA, 2015, p. 74).

Segundo Montenegro e Silva Alves (2016), os anos 1970 foi o periodo onde as relações sino-africanas ganharam força, pois nessa se nota maior numero de relações diplomáticas entre ambas as partes. Isso porque a China tinha um outro foco para o desenvolvimento interno da sua economia, então estabeleceu cooperação economica, investimentos e comercio mutuamente benéfica.

Esses autores ainda mostram que, na decada de 1980 que foi o periodo em que a China entrou no Banco Mundial e no FMI (Fundo Monetário Internacional), houve um retrocesso nas relações Sino-Africanas porque a China perdeu interesse no continente acreditando não precisar de apoio externo para o seu crescimento econômico. Nesse periodo, a China só teve relações diplomáticas com tres paises africanos. Houve uma reviravolta na decada seguinte após o Massacre de Tianamen, onde as relações sino-africanas cresceram significativamente onde o foco era mais econômico e comercial, tendo em jogo a garantia de recursos naturais, mercados consumidores e a luta da China pela posição de lider do mundo em desenvolvimento.

Pautasso (2013, p. 72), aponta de forma mais clara essa questão quando fala que a China fortaleceu a sua relação com os paises africanos nos anos de 1990, como parte da universalização da sua política externa. Motivos dessa política seriam: "1) os riscos de isolamento internacional após a repressão na Praça da Paz Celestial, seguido do colapso do campo socialista; 2) a crescente demanda por hidrocarbonetos, alimentos e matérias-primas; 3) a busca por novos mercados diante do rápido incremento do comércio exterior chinês"

O comercio entre a China e Africa, em específico Africa de Sul segundo Rebol (2010 *apud* MILANI e CARVALHO, 2012 , p.30), teria aumentado em mais de 431% entre os anos de 1989 e 1997. Isso se deve ao estabelecimento de três bancos por parte do governo chinês como parte de sua sua estratégia de cooperação com a Africa. Esses bancos não só vão oferecer projetos de ajuda e emprestimos comerciais assim como vão servir de meio das industrias chinesas adentrarem no continente africano.

6.3.2.2 Criticas do ocidente a cooperaçao China África

O grande crescimento da China tem chamado atenção de muitos especialistas Ocidentais e gerado debates a cerca desse crescimento espetacular nas ultimas décadas.

Tanto que segundo Teles e Souza (2015), organismos internacionais como Conselho de Direitos Humanos da ONU tem acusado o país de violações de direitos humanos. Acusações essas que se basearam não só no descumprimento das normas dos direitos humanos, mas também por legitimar e cooperar os Estados africanos acusados de graves violações de direitos humanos.

Os mesmos autores mostram que, para os chineses o bem-comum deve ser colocado acima de satisfação pessoal, no entanto os direitos coletivos devem ser priorizados em relação aos individuais. Porque para eles, a subsistência e o desenvolvimento são os principais direitos, e é só garantindo esses que os demais podem ser garantidos.

Numa outra perspetiva, Silva (2016) mostra que, a diplomacia chinesa dá explicações a essas críticas baseando nos cinco princípios da coexistencia pacifica a base das quais suas relações são mantidas, onde se destacam: a não interferência nos assuntos internos e benifícios mutuos.

Na percepção chinesa, o que deve ser levado em consideração no que diz respeito ao cumprimento das normas dos direitos humanos, é o nivel do desenvolvimento de cada país. Porque os países desenvolvidos estão mais aptos a garantir os direitos individuais do que os países em desenvolvimento, pois estes devem se preocupar primeiramente com o seu desenvolvimento (TELES e SOUZA, 2015).

Percebe-se que o ocidente está mais preocupado com o fortalecimento das relações entre a China e a África do que ter uma percepção tangível da realidade africana. De modo que todas essas críticas feitas pelo ocidente são movidos pelo receio da China atrapalhar seus interesses no continente.

6.4 COOPERAÇÃO CHINA- GUINÉ-BISSAU

Nos anos de 1998 deu se inicio o conflito politico militar na Guiné Bissau que teria sido provocada pela má gestão da questão de Cassamaça, conflito esse que durou 11 meses e teve consequências desastrosas (RUDEBECK, 2001 apud MBUNDE, 2018).

Segundo Sant'anna (2008), a Guiné-Bissau enfrenta grandes desafios de reconstrução e recuperação por conta dos danos causados pela guerra civil de 1998, dado que a maior parte das infraestruturas foi afetada durante a guerra. Ela vai adiante apontando que a guerra civil que o país enfrentou nesse ano teve consequências negativas para o país, dentre as quais se identificam: a queda de PIB em 28% da qual o país teve a recuperação parcial em 1999, teve uma queda de aproximadamente 17% na produção agrícola que é uma das formas de subsistência da população, também se soma a lista a queda na produção de castanhas de caju em 30% e o seu preço que caiu significativamente no ano de 2000 em 50%. Sendo que a castanha de caju e algodão até o momento são uns dos principais produtos de exportação do país e a agricultura sustenta a maior parte da população, uma vez que o país não dispõe de atividades industriais.

No que diz respeito a sua situação geográfica, a Guiné- Bissau é um país muito estratégico. Isto porque a sua localização territorial no litoral da África faz o país ficar muito próximo da Europa e do continente americano, razão pela qual o país se torna muito importante geoestratégica e geopolíticamente, especialmente em questões ligadas a segurança regional e internacional. Além disso, a descoberta de recursos naturais como petróleo, fosfato e bauxita despertaram interesses econômicos na Guine-Bissau (MBUNDE, 2018).

A China é uma potência emergente que se situa cada vez mais entre a principais economias do mundo e principais doadores internacionais sobretudo no contexto da CSS.

Na perspectiva de Sant'anna (2008), a relação entre a China e a Guiné-Bissau tiveram início desde a época da luta pela libertação e essa relação tem-se fortalecido cada vez mais, contando que recentemente a China tem apoiado a Guiné-Bissau na sua luta ao desenvolvimento e não só. Tem se verificado nos últimos anos ações como doações de recursos materiais e financeiros em específico, produtos de primeira necessidade em Guiné-Bissau como o arroz e equipamentos de produção agrícola.

As relações diplomáticas entre os Estados da China e de Guiné-Bissau de acordo com Mbunde (2018), deram início no ano de 1974 que foi o ano em que Estado africano se tornou independente. Embora a China e a liderança do PAIGC já tivessem contato desde os anos de 1960, onde o país asiático oferecia apoios politico e militar para dar inicio a luta armada contra a colônia portuguesa que se encontrava no país africano. Em 15 de março de 1974, pouco antes do Estado guineense ter a sua soberania reconhecida pelo sistema colonial português, a China

abriu a sua embaixada em Guiné-Bissau. No ano seguinte, foi construído o seu edifício e só em 16 de fevereiro de 1976 é que foi aberto ao público pelo embaixador Jia Huaiji.

Para M´bunde (2018), o Estado chinês ampliou e aprofundou a sua cooperação com o país africano na década de 2000, que foi o período em que se consolidou como potência econômica global. O que pode ser justificado pelo acelerado crescimento do país asiático nos finais da década de 1990 até o ano 2000, que gerou a necessidade de se expandir pela África a procura de mercado, mão de obra e recursos naturais para suprir as suas necessidades. Desde então teve avanços significativos na cooperação entre os dois países onde foi possível constatar varias obras de infraestrutura, desenvolvimento de projetos agrários, de saúde, cultura e esporte, educação e doações de bolsas de estudos além de apoios financeiros das quais o governo guineense se beneficiou. Pode se dizer que as áreas que mais se destacaram desde então foram da infraestrutura, agricultura, saúde pública e pesca.

O autor ainda enfatiza que entre essas, a área que mais se destacou é a da infraestrutura, onde a China foi responsável pela construção da maioria dos edifícios guineenses onde funcionam as instituições governamentais e os serviços públicos na Guiné-Bissau.

Temos como exemplo a sede da Assembleia Nacional Popular (parlamento guineense), o Estádio Nacional 24 de setembro, reabilitação do Hospital Regional de Canchungo entre outros (SANT'ANNA, 2008)

No que diz respeito à área da saúde, o governo guineense beneficiou de escolas de saúde e hospitais, além de equipes técnicas de médicos chineses.

> "o comercio bilateral foi aproximadamente de US 17 milhões, tendo as exportações chinesas atingido US 13 milhões, e suas importações da Guiné Bissau, apenas cerca de US 4 milhões. Em 2012, a China comprou produtos guineenses no valor de US 15,5 milhões, tendo o país africano importado quase US 30 milhões de produtos chineses, um aumento muito significativo em relação ao ano anterior. Em 2013, as relações comerciais da Guiné Bissau com a China atingiram quase o valor de US 24 milhões, representando um aumento de 30,4% face aos US 15,5 milhões trocados entre janeiro e setembro do ano anterior" (MBUNDE, 2018, p. 147).

Pode se notar que as atividades de pesca são abundantes e dão um grande rendimento à economia do país. A respeito disso Sant'anna (2008), ressalta que as atividades de pesca na Guine-Bissau podem atingir 250 a 350 mil toneladas anualmente, e essas a atribuição de licenças de pesca a estrangeiros e a exportação de produtos de mar dão um bom rendimento a economia do país.

Neste setor, segundo Mbunde (2018), os dois países cooperam desde 1985, há praticamente 30 anos. Neste caso as negociações se baseiam no financiamento e negociação de

concessões de pesca para a exploração marítima Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau foi o primeiro país do mundo a assinar acordos de pesca nas águas profundas com o governo da China. E este acordo já ultrapassa dos vinte anos (SANT'ANNA. 2008).

As estratégias de política externa da China para com os países africanos baseiam se na construção de infraestruturas em troca de petróleo, concessões para exploração de recursos florestais (madeira), exploração de recursos pesqueiros e outros tipos de recursos naturais dependendo do que cada país com a qual coopera tem a oferecer.

> "o fato de a África não ter uma política única para negociar, resultando daí o imperativo de a China ter que negociar em particular com cada um dos 54 países, o que demanda uma necessidade de os africanos se organizarem melhor em suas instituições multilaterais, para negociar com a China" (CUCO e MARQUES, 2014, p. 8).

A respeito disso, a sua política de cooperação com o governo de Guiné-Bissau se baseia na construção de infraestruturas e concessão de recursos financeiros em troca de licenças de exploração de recursos marítimos e florestais. Isso ficou claramente visível recentemente no período em que o país africano enfrentou a transição política que aconteceu entre abril de 2012 e junho de 2014, quando a China e o governo de transição foram responsáveis pela excessiva exploração de madeira da qual foram severamente criticados pela sociedade civil guineense (MBUNDE, 2018).

Complementa o autor que, o governo chinês através do então embaixador no país africano Wang Hua, mostrou que de acordo com sua política de cooperação, coopera somente com as autoridades governamentais e não com a sociedade civil. E ainda enfatiza que todas as praticas e ações, nesse caso da exploração de madeiras, ocorreram na base da legalidade e consentimento do governo guineense. Nesse caso, a sociedade civil tem pouca influência sobre a legitimação de suas práticas na Guiné-Bissau. O que significa que o bilateralismo é o canal privilegiado da sua cooperação com os seus parceiros.

A cooperação com China por parte dos Estados e instituições africanas é um sério desafio, visto que é preciso que estes Estados se adaptem o mais rápido possível do modelo de cooperação chinês para que possam tirar vantagens durante o processo (CUCO e MARQUES, 2014).

No campo ideológico, o país asiático necessita muito da retribuição da Guiné-Bissau no plano internacional essencialmente quando concorre a cargos elegíveis nas organizações

internacionais governamentais. Um exemplo específico é o apoio do não-reconhecimento de Taiwan.

> países africanos passaram a reconhecer a China como uma nação perante a Organização das Nações Unidas (ONU) naquele ano, aumentando para 47 o número de nações africanas que reconheceram o país. Vale ressaltar que China disputava o reconhecimento na organização com Taiwan (SILVA, 2016).

Em referência ao documento da African Economic Outlook, Mbunde (2018, p. 179) mostra que, em sua cooperação com a China,

> o governo da Guiné-Bissau indica um menu de projetos de infraestrutura e a China, em seguida, escolhe os projetos em que está interessada em desenvolver. A China compromete se a entregar os projetos chave-na-mão e o faz mais rápido que os parceiros tradicionais, mas tende a importar todos os materiais de construção e a maioria dos trabalhadores, que vivem nos próprios estaleiros. As condições de trabalho são más e os salários são a volta de 50% inferiores aos praticados localmente, oferecendo poucos incentivos a população local para trabalhar nas empresas chinesas.

Pode se constatar então que as políticas chinesas cooperação podem ser consideradas preferenciais para os Estados africanos e Guiné-Bissau em particular, se levados em cooperação com os modelos de cooperação dos parceiros tradicionais cuja caraterística é de imposição. Portanto os governantes africanos devem aproveitar essa oportunidade de cooperação com o país asiático, criando parques industriais que assegurem os seus desenvolvimentos a médio e longo prazo não se contentando pelo que se parece ser dinheiro fácil dos chineses (CUCO e MARQUES, 2014).

7 METODOLOLOGIA

Considerando que o objetivo geral desse projeto de pesquisa é analisar a atuação da China no contexto da cooperação da cooperação Sul-Sul, com o foco na sua cooperação com a Guiné-Bissau, optamos por trabalhar com a metodologia qualitativa que dispõe de melhores formas de analise para a obtenção do resultado que se espera, pois segundo Creswell (2010, p. 26), é o meio de explorar e entender o significado que os indivíduos e grupos sociais atribuem a um problema social ou humano. "O seu processo de pesquisa envolve questões e procedimentos que emergem os dados coletados no ambiente do participante onde as analise dos dados obtidos é construído a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador no que diz respeito ao significado dos dados".

Para o desenvolvimento do presente trabalho, vamos começar com a revisão bibliográfica que vai consistir na pesquisa e leitura de artigos, livros, revistas e matérias de jornais que se relacionam com a temática da pesquisa. Importante salientar que a pesquisa de campo vai ser feita em Bissau que é a capital da Guiné- Bissau onde vamos inicialmente tentar coletar documentos qualitativos que podem ser de minutas de reuniões a relatórios oficias que ofereçam informações que de algum modo possam ser analisados afim de contribuir na compreensão de como é que ocorrem os processos de cooperação entre os dois países.

No que diz respeito às tecnicas de pesquisa, utilizaremos as tecnicas de observação e entrevistas, quanto a ultima tecnica mencionada, a ideia que temos é de entrevistar com embaixador da República Popular da China em Guiné-Bissau, diretor geral da política externa da Guiné-Bissau, diretor do serviço de cooperação bilateral da Guiné-Bissau, diretor da agricultura da Guiné-Bissau, diretor geral da Habitação e Urbanismo da Guiné -Bissau, com o intuito de entender as suas percepções, sua (in)satisfação, seus pontos de vista e suas perspectivas no que diz respeito a política de cooperação chinesa na Guiné- Bissau. Segundo Creswell (2010, p. 214) "nas entrevistas qualitativas o pesquisador conduz a entrevista face a face ou por telefone com os participantes e geralmente essas entrevistas envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, que são em pequeno numero destinadas a suscitar concepções e opiniões dos participantes". Tudo isso usando um protocolo de entrevista que é essencial. Realizaremos esses mesmos procedimentos com alguns representantes da sociedade civil guineense para ter dados mais amplos de fontes que não tenham nenhum vinculo efetivo com o Estado da Guiné-Bissau ou da China.

Após a coleta, todos os dados serão examinados com o intuito de extrair os verdadeiros sentidos e organizá-los em categorias ou temas que vão abranger todas as fontes dos dados coletados. De seguida, vamos conduzir diferentes análises, sendo elas cada vez mais profundas no processo de compreensão, de modo a representar os dados e realizar uma interpretação mais

ampla dos seus significados. Facilitando assim a percepção geral das informações e refletir sobre seu significado geral. Para tal, vamos buscar entender quais ideias os participantes estão expressando, o tom dessas ideias, a profundidade, credibilidade e uso geral das informações.

REFERÊNCIAS

AYLLÓN, Bruno Pino**. Evolução Histórica Da Cooperação Sul-Sul (CSS)** *in* **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p. : il., gráfs. color

AUGEL, Moema Perante. **Desafios do Escombro: Nação, Identidades, Pos-colonialismo na Literatura de Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro, editora Garamond, 2007.

BELLUCCI, Beluce. **Abrindo os olhos para a China**. IN: Publicado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), Universidade Candido Mendes (Ucam) e Editora Universitária Candido Mendes (Educam). Rio de Janeiro, 2004.

BOSCO MONTES, João. **China e Africa: A política de Pequim para o continente africano**. Meridiano 47 n. 116, mar. 2010 [p. 12 a 13]

CRESWELL, W. John. **Projeto e pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUCO, Arsénio Francisco; MARQUES, Rodolfo Silva. **A CHINA "RECOLOCANDO A ESCADA" EM ÁFRICA? Breve análise da presençada China em África como um parceiro "estratégico" de cooperação.** ago. 2014

CONDE, José Brito. **Cooperação Internacional: A Cooperação Sino-Angolana E As Repercussões Económicas E Sociais Geradas Na Zona Envolvente Do Caminho-De-Ferro De Benguela**. Lisboa Janeiro, 2009

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas brasileiras e chinesas para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014).** Rio de Janeiro: Gramma, 2018. 302 p.

MILANI, Carlos R.S.; CARVALHO, Tassia C.O. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano.** Novembro 2012

MONTENEGRO, Renan Holanda; SILVA ALVES, João Ricardo Camarú. **China e África além da economia: qual o impacto do FOCAC na arena multilateral (1971-2014)?** Belo Horizonte, ISSN 1809-6182, v.13, n.3, p.153 - 162, dez. 2016

PAUTASSO, Diego. **China e Brasil na África Subsaariana e a retomada da questão nacional.** Tensões Mund. FoRTaleza, V. 9, n.17, p. 61-82, 2013

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo. A China e os "PALOP": **uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa.** IN: Universidade de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: https://bit.ly/2YkTWWp. Acesso em: 12.03.2019.

SILVA, Lucas Nienkoetter. **Análise da influência econômica chinesa na áfrica a partir da década de 1980.** Florianópolis, sc 2016

TELES, Lilian Madureira; SOUZA, Matheus de Abreu Costa. **A política externa da China, as relações com a África e a problemática dos direitos humanos.** Belo Horizonte, v. 14, n. 27 e 28, p. 69 - 88, 2015